
João Medina, *Os meus vícios*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2011, 207 pp. e *A minha América*, Guimarães, Opera Omnia, 2012, 437 pp.

Maria Luísa Leal
Universidad de Extremadura
lleal@unex.es

Num espaço de poucos meses, concretamente em dezembro de 2011 e maio de 2012, João Medina publicou dois livros entre os quais existem vários nexos, estando o principal patente no título: o uso dos possessivos – “os meus” e “a minha” – instaura uma subjetividade que se antepõe ao conteúdo de cada uma das obras. O “eu” que se assume nos títulos percorrerá as 644 páginas de uma prosa variada quanto ao género e temática, conferindo-lhe unidade e orquestrando o pacto de leitura.

No próprio corpo dos textos verificam-se pequenas remissões que atestam a existência de uma unidade que, numa espécie de crosta temática, passa despercebida. Na página 86 de *Os meus vícios*, encontramos uma referência à preparação da segunda obra: “[...] nessa Nova Inglaterra à qual dediquei tantas crónicas entusiásticas no *JL* (e que ando a reunir para um livro de amor fiel que se há-de chamar *A minha América*)” (Medina: 2011). Na segunda, podemos ler o seguinte: “[...] relembro que esta *minha América* é subjectivíssima e não pretende, assim, ser um ensaio sobre a cultura americana, mas um mero catálogo dos “meus amores” ou dos meus vícios” (Medina: 2012, 183). Estas alusões revelam a existência de um núcleo comum, um projeto coerente e muito mais ambicioso do que a simples reunião de crónicas. Observe-se que a expressão “mero catálogo” de vícios ou de

amores deve ser percebida como uma classificação irónica, numa prática de auto-relativização característica do autor que, no caso vertente, funciona como armadilha para o leitor desprevenido. Ainda que contenham uma inequívoca dimensão de catálogo ou inventário, visto que estes vícios ou amores estão associados a um “eu” perfeitamente donjuanesco, que se compraz em enumerar as suas conquistas, a profundidade que os caracteriza nada tem que ver com o esqueleto de um inventário. Desengane-se o leitor apressado de catálogos se pensa poder ler estes livros em diagonal, detendo-se apenas num ou noutro objeto de culto. São obras que exigem tempo e disponibilidade, mas que garantem aquilo que o livro, enquanto metáfora de viagem, proporciona: a transformação do leitor. Pode mesmo acontecer que se trate de obras que não são para serem lidas de maneira rápida, mas para se irem lendo, sendo neste caso produtiva a metáfora do passeio, da pequena incursão aventureira.

O recurso às metáforas da viagem e do passeio permite-nos avançar a seguinte reflexão: estamos perante duas obras que, sem serem relatos de viagem, têm que ver com a literatura de viagens porque nelas se articula uma relação produtiva entre viagem, exílio e aprendizagem. Apesar de uma assumida e até reivindicada dimensão autobiográfica, tendo mais a recebê-las como constructos de uma subjetividade que viaja com livros (com a postura tão típica do intelectual que vê a sua percepção da realidade mediada pelas suas leituras), construindo-se ficcionalmente no contacto com elementos de uma realidade profusamente representada através de referentes verificáveis se passarmos do texto para o mundo. Porém, e apesar da possibilidade desta verificação através de fontes documentais honesta e profusamente citadas em extensíssimas notas de rodapé, a dimensão que se me afigura como mais interessante para um ulterior estudo destas obras é o filtro subjetivo, a história da construção de um sujeito fictício que, visivelmente, entusiasma o autor, desconfiado dos limites da autobiografia: “Em alguns livros tentei resumir estas peregrinações e aventuras, dando-lhes um sentido e uma lógica, como naquele que se editou em fins de 2006 (*Náufragos do Mar da Palha*), mas receio que o género autobiográfico não passe duma ficção na primeira pessoa [...]” (Medina: 2011, 84-85).

É um sujeito que busca cumplicidade e empatia, que combina complacência e provocação, que estende uma mão pacientemente didática, mas que regressa, tantas e tantas vezes, aos seus cavalos de batalha, mesmo quando estes são suscetíveis de lhe restarem leitores.

Aí reside uma característica de uma prosa torrencial e esmagadora quando trata de ajustar contas com o passado, tanto no plano pessoal (dissidência em relação à ditadura e assunção das respetivas consequências) como histórico (perseguição aos judeus e consequente empobrecimento do capital humano em épocas mais distantes da história de Portugal, para dar apenas um exemplo). Uma prosa que, no entanto, também é capaz de conter a sua tendência para o libelo acusatório e assumir uma leveza quase lírica, um olhar particularíssimo sobre o real quotidiano que transfigura objetos banais e os converte em símbolos de uma mitologia pessoal: o encontro, face a face, com uma cigarra da Provença, o jardinzinho do Vert Galant em Paris ou o paredão de Cascais são exemplo da apropriação feliz de paisagens alheias e da respetiva conversão em marcos imaginários da construção do sujeito mediniano. Finalmente, uma prosa disciplinada por um ofício de historiador que se coloca sempre ao serviço dos seus objetos de estudo e que persegue (e alcança) uma clareza invejável, capaz de combinar a pedagogia de uma explicação muito concreta com uma grande erudição. É o que se observa, por exemplo, em todas as páginas que dizem respeito ao cinema de Hollywood em *A minha América*. Sem que João Medina pretenda estabelecer nenhum cânone nem ser exaustivo e reivindicando sempre como critério único das suas escolhas os seus gostos pessoais, a verdade é que, ainda que os não partilhe, o leitor encontrará nestas páginas uma informação notável tanto em relação ao fenómeno em si e à sua relação com o imaginário americano, como a centenas de pormenores inventariados com a paciência do colecionador e apresentados com o amor empenhado que poderíamos encontrar no comissário de uma exposição temporária de um hipotético museu do saber universal.

Poder-se-á perguntar: porquê temporária? Porque tudo, neste universo, é verve de um sujeito. E este sujeito não escreve tantas páginas apenas por *habitus*. Constrói-se entre a busca do sentido de um percurso de lugares que vão do exílio ao turismo e a consciência de ser “pó levantado”, como escreveu António Vieira (*Apud* Medina: 2011, 81). Ou, dito de maneira mais radical: “Mas nem pó somos, afinal, mas mera sombra desse pó, sonho silencioso de um pó que, uma vez, agora ou há séculos atrás, foi pó que se levantou e espera apenas o momento de sermos deitados por terra, devolvidos à nossa final condição de *pó caído*” (Medina: 2011, 83).

Em *Os meus vícios*, na sua terceira parte intitulada “O bater do meu coração”, encontramos uma questão fundamental: a da razão de

ser da sua existência, questão que acompanha uma tomada de consciência da própria finitude, ao fazer um ecocardiograma: “[...] o meu órgão essencial, aquele que mantém vivo o ser mortal que sou, que o irriga de sangue e o faz pulsar por todo o meu organismo, e me permite, por exemplo, escrever estas linhas numa folha branca, durante umas férias tranquilas na Corrèze, sai da sua modesta obscuridade e dá os primeiros sinais de fraqueza, de fadiga, de envelhecimento natural” (Medina: 2011, 78). É justamente nesta parte que a entidade que diz “eu” – note-se que evito chamar-lhe “autor” – nos oferece uma leitura orientada do seu passado à luz daquilo que chama o “labirinto do exílio”, um “estrangeirismo que acabaria por se tornar numa segunda natureza íntima e indelével” (Medina: 2011, 84). No essencial, fá-lo sob forma de interrogação, uma interrogação ampla, assente numa retórica poderosa, baseada na figura da acumulação. Por isso, não poderemos cortá-la, terminando com essa citação este breve convite à leitura de *Os meus vícios* e *A minha América*, de João Medina, não como quem vai apenas à procura dos seus temas mais explícitos, mas como quem se interessa pela figura de sujeito que ambos configuram, uma entidade a cavalo entre mecanismos de veridicação próprios da autobiografia ou do ensaio e a ficção que deriva do próprio ato de rememoração e da respetiva narrativização:

Que sentido dar a todas estas viagens e expatriações forçadas ou voluntárias, de barco e de comboio, de avião e de carro, pela Europa, pela África e Américas – onde uma certa família de marranos madeirenses, oriundos de Espanha no tempo da ocupação filipina, deportada durante o oitocentismo para Cabo Verde pela contra-revolução anti-liberal, ali se radicaria e se multiplicaria desde o século XIX, uma vez que os meus bisavós, avós e meu pai nasceram nas ilhas africanas, assim como dois dos meus filhos nasceriam, no exílio, em terras de França, em Estrasburgo e Aix. Como explicar este gene da errância e da viagem compulsiva – recordo o rifão sionista: “Pode tirar-se o judeu do exílio, mas não o exílio do judeu” –, de perder algumas terras e ganhar outras, de ter duas ou mesmo mais pátrias, uma maior, a propriamente nacional, e uma mais pequena e mais íntima, a tal *patria chica* de que falam os espanhóis, que não é aquela onde viemos ao mundo a mando do cego Acaso, mas o dilecto rincão onde optámos, por fim, voltar a criar raízes, que tornamos realmente nossa por nela residirmos e nos sentirmos bem, como terra escolhida – terra prometida finalmente dada? –, de acolhimento e de preferência, como este meu Monte Estoril onde vivo, há quase duas décadas, e onde, cada vez mais, sinto como o meu húmus verdadeiro e final, não a mera

Ítaca a que mecânica e ritualmente se volta depois dum ciclo de longas peregrinações (que vem de *per agros*, “pelos campos”) feitas de tantos caminhos, descaminhos e desvios, de alpondras arduamente atravessadas no meio de temporais desfeitos, mas a Ítaca utópica que fundamos ao declará-la como tal, o lugar mítico mas real onde voltamos a ter aquelas raízes verdadeiras, não aquelas onde nos plantaram sem nos consultarem? (Medina: 2011, 87).